

- 21) Congresso Técnico-Científico
- 22) Acção de formação e orientações técnicas (Norte)
- 23) Acção de formação e orientações técnicas (Sul)
- 24) Acção de formação e orientações técnicas (Madeira)
- 25) Acção de formação e orientações técnicas (Açores)
- 26) Curso de Dirigentes (Norte)
- 27) Curso de Dirigentes (Centro)
- 27) Curso de Dirigentes (Sul)
- 28) Curso de Dirigentes (Madeira)
- 29) Curso de Dirigentes (Açores)
- 30) Curso de Árbitros
- 31) Curso de Árbitros Nacionais
- 32) Curso Nacional de Árbitros Jovens
- 33) Curso de Árbitros Internacionais e de Elite
- 34) Curso de Observadores
- 35) Curso de Oficiais de Mesa — Grupo Nacional
- 36) Curso Nacional Oficiais de Mesa
- 37) Curso Nacional de Utilização do Sistema de Gestão do Portal
- 38) Curso de formação de formadores
- 39) 8.º Congresso Técnico-Científico de Andebol
- 40) Curso de Treinadores — Master Coach

ANEXO II

Programa de Formação de Recursos Humanos

203307646

Contrato n.º 381/2010**Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º 5/DF/2010****Formação de recursos humanos**

Entre:

1 — O Instituto do Desporto de Portugal, I. P., pessoa colectiva de direito público, com sede na Avenida Infante Santo, n.º 76, 1399-032 Lisboa, NIPC 506626466, aqui representado por Luís Bettencourt Sardinha, na qualidade de Presidente, adiante designado como IDP, I. P., ou 1.º outorgante; e

2 — A Federação Portuguesa de Voleibol, pessoa colectiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 58/93, de 29 de Novembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 288, de 11 de Dezembro, com sede na(o) Av. da França, 549, 4050-279 Porto, NIPC 501982060, aqui representada por Vicente Henrique Gonçalves de Araújo, na qualidade de Presidente, adiante designada por Federação ou 2.º outorgante.

Nos termos dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro — Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto — e do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro — Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo — em conjugação com o disposto nos artigos 3.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 169/2007, de 3 de Maio, é celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato-programa

1 — Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma participação financeira, a qual se destina à execução do Programa de Formação de Recursos Humanos, cujas acções se encontram discriminadas no Anexo I ao presente contrato e dele fazendo parte integrante, que a Federação apresentou no IDP, I. P. e se propõe levar a efeito no decurso do corrente ano.

2 — O programa objecto desta participação, constitui um Anexo deste contrato-programa, publicado e publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

3 — O programa de formação referido no número anterior não contempla a formação de praticantes desportivos.

Cláusula 2.ª

Acções de formação a participar

São comparticipadas financeiramente as acções relacionadas com a formação de recursos humanos, designadamente:

- a) Formação Inicial de Treinadores;
- b) Actualização para Treinadores;
- c) Formação Inicial de Árbitros/Juízes;

- d) Actualização para Árbitros/Juízes;
- e) Acções de Formação para Dirigentes;
- f) Acções de Formação de Formadores;
- g) Outras acções de Formação de Agentes Desportivos.

Cláusula 3.ª

Período de execução do programa

O prazo de execução do programa objecto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de Dezembro de 2010.

Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

1 — A comparticipação financeira a prestar pelo IDP, I. P., à Federação, para apoio exclusivo à execução do programa referido na cláusula 1.ª é de 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros).

2 — Qualquer alteração à realização das acções de formação indicadas no Anexo I ao presente contrato, deve ser solicitada ao IDP, I. P., apresentando a respectiva justificação.

Cláusula 5.ª

Disponibilização da participação financeira

A comparticipação referida no n.º 1 da cláusula 4.ª é disponibilizada mensalmente, com o valor de 7.400,00€ no mês de Maio e de 6.800,00€ nos meses de Junho a Dezembro.

Cláusula 6.ª

Obrigações da Federação

São obrigações da Federação:

a) Executar o Programa de Formação de Recursos Humanos, apresentado no IDP, I. P., de forma a atingir os objectivos expressos naquele programa;

b) Prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efectiva realização da despesa acerca da execução deste contrato-programa, sempre que solicitados pelo IDP, I. P.;

c) Apresentar relatórios individuais de cada acção de formação, até um mês após a sua realização, de acordo com o modelo próprio de relatório definido pelo IDP, I. P., para efeitos de validação técnico-financeira;

d) Entregar, até 15 de Setembro de 2010, um relatório intermédio, em modelo próprio definido pelo IDP, I. P., sobre a execução técnica e financeira do Programa de Formação de Recursos Humanos referente ao 1.º semestre;

e) Entregar, até 31 de Janeiro de 2011, um relatório final sobre a execução técnica e financeira do Programa de Formação de Recursos Humanos;

f) Facultar, sempre que solicitado, ao IDP, I. P. ou a entidade credenciada a indicar por aquele, na sua sede social, o mapa de Execução Orçamental a 31 de Dezembro de 2010, o Balancete Analítico a 31 de Dezembro 2010 antes do apuramento de resultados do Programa de Formação de Recursos Humanos e, para efeitos de validação técnico-financeira, os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, que demonstrem os pagamentos efectuados no âmbito da execução do Programa de Formação de Recursos Humanos;

g) De acordo com o estabelecido no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, criar um centro de resultados próprio e exclusivo para execução do programa de desenvolvimento desportivo objecto do presente contrato, não podendo nele imputar outros custos e proveitos que não sejam os da execução deste programa, de modo a permitir o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para este fim;

h) Publicitar, em todos os meios de promoção e divulgação das acções de formação, bem como nos manuais de formação e documentação técnica em forma de publicação, o logótipo do IDP, I. P., conforme regras previstas no livro de normas gráficas;

i) Consolidar nas contas do respectivo exercício todas as que decorrem da execução do Programa de Formação de Recursos Humanos objecto deste contrato;

j) Celebrar, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, e publicitar integralmente na respectiva página da Internet os contratos-programa referentes a apoios e participações financeiras atribuídas aos clubes, associações regionais ou distritais ou ligas profissionais, nela filiados.

Cláusula 7.ª

Incumprimento das obrigações da Federação

1 — Sem prejuízo do disposto na cláusula 8.ª, há lugar à suspensão das participações financeiras por parte do IDP, I. P. quando a Federação não cumpra:

- a) As obrigações referidas na cláusula 6.ª do presente contrato-programa;
- b) As obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com o IDP, I. P.;
- c) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.
- d) O incumprimento culposo do disposto nas alíneas a), b), c), d), e) e f) da cláusula 6.ª, concede ao IDP, I. P. o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verificar a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa de Formação de Recursos Humanos.
- e) A Federação obriga-se a restituir ao IDP, I. P. as participações financeiras concedidas que não tenham sido aplicadas na execução do competente Programa de Actividades anexo ao presente contrato-programa.

Cláusula 8.ª

Formação de treinadores

O não cumprimento pela Federação do regime de acesso e exercício da actividade de treinador de desporto estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 248-A/2008 de 31 de Dezembro, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo IDP, I. P.

Cláusula 9.ª

Tutela inspectiva do Estado

1 — Compete ao IDP, I. P., fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspecções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

2 — As acções inspectivas designadas no número anterior podem ser tomadas extensíveis à execução dos contratos-programa celebrados pela Federação nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, designadamente através da realização de inspecções, inquéritos, sindicâncias ou auditoria por uma entidade externa, devendo aqueles contratos-programa conter cláusula expressa nesse sentido.

Cláusula 10.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

Cláusula 11.ª

Vigência do contrato

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo entra em vigor na data da sua publicação no *Diário da República* e termina em 30 de Junho de 2011.

Cláusula 12.ª

Produção de efeitos

O presente contrato produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2010.

Cláusula 13.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, este contrato-programa é publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.

3 — Da decisão cabe recurso, nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, em 14 de Maio de 2010, em dois exemplares de igual valor. — O Presidente do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., *Luis Bettencourt Sardinha*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Voleibol, *Vicente Henrique Gonçalves de Araújo*.

ANEXO I

Acções e cursos a desenvolver no âmbito do programa de formação de recursos humanos

Acções de formação/Cursos:

- 1) Curso de Treinadores — Grau I;
- 2) Curso de Treinadores — Grau I;

- 3) Curso de Treinadores — Grau I;
- 4) Curso de Treinadores — Grau I;
- 5) Curso de Treinadores — Grau I;
- 6) Curso de Treinadores — Grau I;
- 7) Curso de Treinadores — Grau I;
- 8) Curso de Treinadores — Grau I;
- 9) Curso de Treinadores — Grau 2;
- 10) Curso de Treinadores — Grau 2;
- 11) Curso de Treinadores — Grau 2;
- 12) Acção Formação Gira-Volei;
- 13) Acção Formação Gira-Volei;
- 14) Acção Formação Gira-Volei;
- 15) Acção Formação Gira-Volei;
- 16) Acção Formação Gira-Volei;
- 17) Acção Formação Gira-Volei;
- 18) Acção Formação Gira-Volei;
- 19) Acção Formação Gira-Volei;
- 20) Acção Formação Gira-Volei;
- 21) Acção Formação Gira-Volei;
- 22) Acção Formação Gira-Volei;
- 23) Acção Formação Gira-Volei;
- 24) Acção Formação Gira-Volei;
- 25) Acção Formação Gira-Volei;
- 26) Acção de Formação em Ciências Complementares do Treino Desportivo;
- 27) Clínica Nacional de Formação Contínua/Clinic Internacional;
- 28) Clínica de Formação Contínua Regional;
- 29) Clínica de Formação Contínua Regional;
- 30) Acção de Observação, Estatística Vídeo Data Volley — Fase Final do Campeonato do Mundo 2010 — Itália;
- 31) Elaborar e publicar os Manuais do Grau — I/II, e se possível — III, das Matérias Gerais e Específicas;
- 32) IV Encontro Nacional Gira-Volei;
- 33) Curso Árbitros Estagiários;
- 34) Curso Árbitros Estagiários;
- 35) Curso Árbitros Estagiários;
- 36) Curso Árbitros Estagiários;
- 37) Curso Árbitros Estagiários;
- 38) Curso Árbitros Regionais;
- 39) Curso Árbitros Regionais;
- 40) Curso Árbitros Regionais;
- 41) Reciclagem Árbitros Pavilhão;
- 42) Seminário Internacional CEV. Árbitros Pavilhão ou Praia;
- 43) Curso Candidato Árbitros Internacionais — FIVB;
- 44) Clinic Nacional Dirigentes Associativos e de Clubes;
- 45) CEV Women's Referees Seminar VB.B.VB;
- 46) Clínica Nacional Estatística Excel Clareza Números Treino e Competição;
- 47) Formação: o Futuro, Decisão, Adaptação;
- 48) Clinic Data-Volley Vídeo — Formação/Informação;
- 49) FNAJA — Desporto Escolar — Formação Árbitros/Juízes;
- 50) Formação Canadianos — Lisboa.

ANEXO II

Programa de Formação de Recursos Humanos

(formulário apresentado para o programa 6)

203307451

Contrato n.º 382/2010**Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º 09/DF/2010****Formação de recursos humanos**

Entre:

1 — O Instituto do Desporto de Portugal, I. P., pessoa colectiva de direito público, com sede na Avenida Infante Santo, n.º 76, 1399-032 Lisboa, NIPC 506626466, aqui representado por Luis Bettencourt Sardinha, na qualidade de Presidente, adiante designado como IDP, I. P., ou 1.º outorgante; e

2 — A Federação Portuguesa de Esgrima, pessoa colectiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 43/93, de 29 de Novembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 288, de 11 de Dezembro, com sede na(o) Rua do Quelhas, 32, 1200-781 Lisboa, NIPC 501066730, aqui representada por Frederico José Colaço Valarinho, na qualidade de Presidente, adiante designada por Federação ou 2.º outorgante.

Nos termos dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro — Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto — e do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro — Regime Jurídico dos